

**PROJETO DE LEI Nº 111/2021, DE 23/11/2021**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**EMENTA: ALTERA A QUANTIDADE DE CARGOS EFETIVOS QUE MENCIONA NAS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.822, DE 05 DE ABRIL DE 2016, E 2.084, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PARECER:**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal, que pretende alterar a quantidade de cargos efetivos que menciona as Leis Municipais nº 1.822 e 2.084, que conforme expresso no art. 1º do Projeto, cria 03 (três) vagas para psicólogo, 02 (duas) vagas para assistente social, 02 (duas) vagas para nutricionista e 10 (dez) vagas para motorista de veículos pesados.

A Mensagem Legislativa nº 122/2021 que encaminhou o Projeto de Lei, expõe os motivos e razões da propositura, justificando a necessidade do aumento do número dos cargos acima expostos, se trata de manutenção da equipe de profissionais que atendem a rede municipal de ensino.

Em que pese o Projeto tratar-se de aumento do número de vagas, e que ainda estamos sob a égide da Lei Federal Complementar nº 173/2020, que veda a criação de cargos e aumento de despesas dos entes públicos até 31/12/2021, os efeitos deste Projeto de Lei estão previstos para o exercício do ano de 2022, ou seja, após o fim da Lei Complementar 173/2020, não havendo, portanto, ilegalidade no aumento do número de vagas, ainda que o mencionado Projeto de Lei tramite durante a vigência desta.

Sobre o tema, destacamos o seguinte julgado do STF, vejamos:

**"SUSPENSÃO DE LIMINAR. DIREITO FINANCEIRO. SERVIDORES PÚBLICOS. DECISÃO EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LC Nº173/2020.**

**ALEGAÇÃO DE RISCO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE EFEITOS FINANCEIROS IMEDIATOS. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO E FRUIÇÃO DE BENEFÍCIOS. APARATO ADMINISTRATIVO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS JÁ EXISTENTE. ESTREITO ÂMBITO DE COGNIÇÃO DOS INCIDENTES DE CONTRACAUTELA. PEDIDO DE SUSPENSÃO QUE SE JULGA IMPROCEDENTE."**

(...)

2. In casu, não se verifica a existência de atual lesão de natureza grave ao interesse público a ensejar a concessão da medida pleiteada, na medida em que: (i) da decisão cuja suspensão se requer não decorrem quaisquer efeitos financeiros imediatos, visto que o pagamento e a fruição dos benefícios objeto da controvérsia restam suspensos ao menos até o fim do corrente ano; (ii) não há risco de desorganização administrativa, visto que o Estado já conta com aparato administrativo destinado à gestão de recursos humanos. (STF. SL nº 1421/SP. Rel. Min. Luiz Fux. Publicação: DJE nº 33, divulgado em 22/02/2021).

Conforme se observa no art. 3º do Projeto, esta lei entra em vigor a partir do dia 01 de 2022, tendo com isso, viabilidade jurídica em face das vedações trazidas pela LC nº 173/2020, pois expressamente consigna que seus efeitos serão diferidos para janeiro de 2022.

**Ante ao exposto**, entendo que o Projeto em análise por sua vez, passará a ter caráter **constitucional e legal**, podendo, após as formalidades de praxe ser levado a plenário para votação, ressalvando que cabem aos nobres vereadores num juízo de valor e após análise minuciosa das Comissões, analisar se o presente Projeto de Lei coaduna com os anseios locais.

Salvo melhor juízo, este é o **Parecer**.

Campo Novo do Parecis, MT, 08 de Dezembro de 2021.



**JOÃO CARLOS GEHRING JUNIOR**

**OAB/MT 24.318 – O**

**ASSESSOR JURÍDICO**